



MAQUIAVEL COMO FUNDADOR: DA VERDADE EFETIVA DAS COISAS À CRUELDADE

Machiavel as founder: form the effective truth of things to cruelty

Cristian Sparemberger¹

Jaime José Krul²

Resumo: Maquiavel desenvolveu seu pensamento político no contexto do renascimento italiano, no entanto, suas ideias e perspectivas permanecem vivas ainda hoje. Tendo como fundamento o método de Maquiavel, a *verdade efetiva das coisas*, o presente artigo objetiva realizar uma releitura da ciência política do pensador originário de Florença, debatendo questões como a moralidade, a crueldade e a visão de natureza humana no pensamento maquiaveliano.

Palavras-chave: Crueldade. História das ideias. Maquiavel.

Abstract: Machiavelli developed his political philosophy in the context of the Italian Renaissance, however, his ideas and perspectives remain alive today. Based on Machiavelli's method, *the effective truth of things*, this study objective to carry out a review of the political science of the political philosopher originally from Florence, exploring issues present in the philosophy of the Italian political scientist, such as morality, cruelty and the vision of human nature.

Keywords: Cruelty. History of ideas. Machiavelli.

1 INTRODUÇÃO

“O destino determinou que eu não saiba discutir sobre a seda, nem sobre a lã; tampouco sobre questões de lucro ou de perda. Minha missão é falar sobre o Estado. Será preciso submeter-me à promessa de emudecer, ou terei que falar sobre ele”. É com essas palavras que Maquiavel (apud SADEK, 2003, p.17) descreve a si mesmo. Como não poderia ser diferente, o pensador italiano dedicou uma vida à política, seja em sua juventude ao estudar os clássicos, seja em sua vida adulta, enquanto exerceu atividades diplomáticas à sua amada Florença, ou em seu exílio, momento no qual escreveu grande parte de suas obras políticas (SKINNER, 2010; BIGNOTTO, 2007). Mais do que apenas escrever e falar sobre política, Maquiavel deixou uma herança riquíssima à ciência política. O clássico da ciência

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Brasil. E-mail: sparemberger@hotmail.com

² Mestrando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail: jaime@krulepereira.com.br



política moderna não apenas inovou ao apresentar uma escrita exotérica, na qual as entrelinhas e as contradições realçam uma retórica política enigmática, como também trouxe à política um realismo digno de admiração.

A retórica e as contradições de Maquiavel ao longo de seus escritos fazem com que qualquer compreensão inicial de um leitor sobre o pensamento de Maquiavel seja facilmente questionada, de modo no qual tentativas de sistematizar o pensamento de Maquiavel estarão sujeitas a novas interpretações e reinterpretações³. De fato, ao longo da história das ideias, interpretações e leituras de Maquiavel abundaram-se com as mais diferentes perspectivas, muitas vezes contraditórias entre si. No entanto, o objetivo deste estudo não é apresentar uma nova interpretação do pensamento de Maquiavel, mas mergulhar nas perspectivas do cientista político italiano, objetivando apresentar brevemente alguns dos pontos centrais de ciência política do pensador.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em nossa exposição da ciência política de Maquiavel partiremos do método utilizado pelo autor para assim explicitarmos algumas das principais ideias do pensamento político de Maquiavel. Por questões didáticas, nesse estudo optamos por não fragmentarmos o pensamento de Maquiavel, mas sim, por meio de uma narrativa, demonstramos como as principais ideias do pensador italiano se conectam. Ademais, quando necessário, para facilitar o entendimento da obra de Maquiavel, correlacionamos o pensamento do cientista político de Florença com seu contexto histórico e intelectual.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fundamentando-se em uma retórica perspicaz e longe de construir um sistema filosófico ordenado, Maquiavel escreve acerca da política sob a égide da inovação. Aferrado ao mundo prático, o pensador italiano fundamenta os alicerces de uma nova forma de pensar a política. Ao apresentar friamente perspectivas a respeito da vida política, baseando-se em exemplos

³ Inúmeras interpretações a respeito do pensamento político de Maquiavel hoje estão disponíveis. É possível encontrarmos leituras como a de Strauss (2015), que coloca Maquiavel como o homem que ensinou os indivíduos a controlar a natureza, assim como interpretações como a de Costa (2010; 2019), que interpreta Maquiavel como um pensador trágico. Ademais, enquanto clássicos como Rousseau (apud SILVA, 2010, p.38) afirmam que “Maquiavel, fingindo dar lições aos reis, deu-as ele, e grandes, aos povos”, outras interpretações ultrapassadas adjetivam Maquiavel como um pensador diabólico, dando origem ao termo *maquiavélico* como sinônimo da imoralidade, da tirania e da falta de escrúpulos.

históricos, Maquiavel positiva um realismo político metodologicamente pautado na *verità effettuale* – a verdade efetiva das coisas. Esse método pode ser definido como: “a substituição do reino do dever ser, que marca a filosofia anterior, pelo reino do ser, da realidade” (SADEK, 2003, p. 17). Logo, perante o método de Maquiavel, pode-se afirmar que:

Maquiavel interpreta a realidade das coisas e não busca imaginar reinos fictícios. Destarte, a história é, para Maquiavel, o verdadeiro livro da vida, no qual o homem, verificando e conhecendo o passado, deve tirar as lições necessárias para prever o futuro de cada Estado, bem como os sintomas e remédios eficazes, pois basta verificar sua eficácia, para as perturbações da ordem instalada (FREITAS JÚNIOR, 2007, p. 207).

O método de Maquiavel inclina-se em correlacionar e analisar eventos históricos do passado para fundamentar modelos de comportamento com a finalidade de pensar o Estado e a política. Desta forma o autor diagnostica causas e efeitos dos males de um Estado, para poder oferecer possíveis remédios. No entanto, não seria demasiado errôneo transportar atitudes e feitos do passado para outros contextos? Para Maquiavel não, pois o homem e as suas paixões não mudam:

Motivo por que infinitas pessoas que as lêem [histórias que narram feitos do passado] sentem prazer em ouvir a grande variedade de acontecimentos que elas contêm, mas não pensam em imita-las, considerando a imitação não só difícil como impossível; como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente (MAQUIAVEL, 2007, p.07).

Maquiavel ressalta que o pensar histórico, visitando acontecimentos do passado para compreender o presente e o futuro, somente é possível pois “todas as coisas do mundo, em todos os tempos, encontram correspondência nos tempos antigos” (MAQUIAVEL, 2007, p. 445). A história e os acontecimentos do passado “tendo sido feitas pelos homens, que têm e sempre tiveram as mesmas paixões, tais coisas só poderão, necessariamente, produzir os mesmos efeitos” (MAQUIAVEL, 2007, p. 445). Para o pensador italiano “a história comporta uma circularidade em que a conduta dos antigos – sob circunstâncias equivalentes às do presente – reflete, como um espelho, os lineamentos universais que orientam o agir político” (BARROS, 2010, p.56). Logo, a partir destas premissas, Maquiavel realiza o seu pensar político, observando o passado para compreender o presente, como o próprio autor afirma:

Quem considere as coisas presentes e as antigas verá facilmente que são sempre os mesmos desejos e os humores em todas as cidades e todos os povos, e que eles sempre existiram. De tal modo que quem examinar com diligência as coisas passadas facilmente preverá as futuras, em qualquer república, prescrevendo os remédios que foram usados pelos antigos, pensará em novos, devido à semelhança dos acontecimentos (MAQUIAVEL, 2007, p. 121).

É neste olhar histórico que se alicerça a verdade efetiva das coisas, obtendo seu significado nas práticas históricas, ela própria é simultaneamente um monumento e um instrumento político (SADEK, 2003). Ao pensar a política por meio da verdade efetiva das coisas, o pensador italiano compreende um homem plástico, no entanto portador de adjetivos negativos a respeito de sua natureza. Maquiavel, guiado pelos acontecimentos históricos, chega a afirmar que dos homens “se pode dizer isto geralmente: que são ingratos, volúveis, simuladores, dissimuladores, covardes, ambiciosos” (MAQUIAVEL, 2011, p.74). Assim, é comum se extrair uma concepção antropológica negativa a respeito da natureza humana em Maquiavel. No entanto, essa visão antropológica negativa aparece em Maquiavel como um axioma para se pensar a ação política⁴, fugindo de um caráter metafísico ou ontológico a respeito de um homem fixo e imutável⁵, uma vez que o próprio autor posiciona o poder estatal como forma de prevenir e domesticar esta natureza negativa, de modo que o sujeito assume um caráter plástico (BIGNOTTO, 2008).

O que Maquiavel busca com a afirmação de sua antropologia negativa é simplesmente encontrar os eixos centrais de sua argumentação prestando atenção apenas às determinações que emergem do estudo das variáveis de caráter político. Com isso, ele exclui a ética, a metafísica, a antropologia filosófica de sua pesquisa, mas isso apenas quando o debate diz respeito a fundamentos. Constituídas as balizas centrais de sua investigação, é claro que ele não pode se furtar de levar em conta os dados que nos são transmitidos pela história ou pela observação direta da natureza humana (BIGNOTTO, 2008, p. 99).

Partindo desta visão negativa, mas não essencialista a respeito da natureza humana, ao aconselhar os príncipes sobre a melhor forma de se manter o poder estatal, o filósofo político não teme em afirmar: “é muito mais seguro ser temido do que amado” (MAQUIAVEL, 2011, p 274). Ao seguir com esta afirmação, Maquiavel rompe com os espelhos cristãos e com a moral de sua época a respeito das virtudes e qualidades de um príncipe, fugindo dos horizontes de um tradicional moralismo piedoso, sendo que é nesta incursão de rompimento com moralismos que o pensador florentino apresenta um dos temas centrais de sua obra: a necessidade de um príncipe aprender a não ser bom.

⁴ A natureza humana negativa como um axioma para se pensar a ação política pode ser percebida na seguinte afirmação de Maquiavel (2007, p. 20): “quem estabelece uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiveram ocasião”. Nessa passagem, o pensador italiano não coloca a natureza humana como algo ontológico, inerente ao ser, mas sim como algo necessário para se pensar a política e as boas leis.

⁵ Acerca da natureza humana em Maquiavel, diversas são as perspectivas e respeito desta questão. Nesse trabalho nos valem da interpretação de Bignotto (2008, p.81), em que uma visão antropológica negativa a respeito da natureza humana “trata-se, [...], de uma estratégia argumentativa, mais do que de uma construção conceitual acabada” no pensamento de Maquiavel.

Mas sendo o meu intento escrever coisa útil a quem a entenda, pareceu-me mais conveniente tratar da verdade efetiva da coisa do que da imaginação sobre esta coisa. E muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos nem conhecidos na realidade, porque há tanta distância de como se vive a como se deveria viver, que aquele que deixa aquilo que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende mais a ruína do que a sua preservação: porque um homem que queira professar o bem em toda a parte arruína-se entre tantos que não são bons. Portanto, é necessário a um príncipe, querendo manter-se, que aprenda a não ser bom, e usar esse aprendizado e não o usar seguindo a necessidade (MAQUIAVEL, 2011, p. 68).

Logo, a relação da verdade efetiva das coisas concomitantemente com a visão negativa a respeito da natureza humana no pensamento de Maquiavel questiona os horizontes morais imaginários da época. Traços até então adjetivados como virtude de um príncipe assumem novos contornos no pensamento de Maquiavel, uma vez que para o autor “os ditames da moralidade convencional podem significar a sua [do príncipe] ruína” (SADEK, 2003, p 23). Maquiavel, ciente da originalidade de seus textos, chega a afirmar que teme ser tido como presunçoso⁶ ao debater essa matéria de forma inovadora em seus escritos.

De fato, a inovação e a *presunção*, de Maquiavel não provêm do fundamento de escrever um livro (O Príncipe) para aconselhar os governantes. No contexto vivenciado por Maquiavel a perspectiva de positivar escritos com o objetivo de fornecer *espelhos* morais aos príncipes e governantes era comum, “essa tradição, por sua vez, se enraizava na idéia [sic] ainda mais antiga de se estender um ‘espelho’ aos príncipes, oferecendo-lhes dessa forma uma imagem ideal e pedindo-lhes que nela procurassem divisar o seu reflexo” (SKINNER, 1996, p.139). A *presunção* de Maquiavel é mais profunda, ao correlacionar o homem a uma visão negativa alinhada a verdade efetiva das coisas, o cientista político italiano rompe com os tradicionais *espelhos* de sua época.

A diferença crucial entre ele [Maquiavel] e seus contemporâneos está na natureza dos métodos que um e outros consideraram adequados para realizar aqueles fins. O ponto de partida dos teóricos mais convencionais era que, para o príncipe alcançar tais metas, deve estar certo de seguir os ditames da moralidade cristã, sob qualquer circunstância. Já o ponto do qual parte Maquiavel é que um príncipe “que agir virtuosamente em todos os casos” logo descobrirá o quanto “há de padecer, em meio a tantos que não são virtuosos” (SKINNER, 1996, p.139).

A inovação de Maquiavel deriva de uma nova forma de pensar a política, não tornando as ações dos príncipes pretas ou brancas como a moral cristã profere, mas assumindo uma moral cinza com a finalidade de manter o Estado, “porque, caso se considerar bem tudo, se encontrará qualidade que parecerá *virtù* e, seguindo-a, será a sua ruína; e uma outra que

⁶ Questão afirmada por Maquiavel (2011) no início do cap XV de O Príncipe, denominado: *As coisas pelas quais os homens e, especialmente, os príncipes são louvados ou desprezados.*

parecerá vício e, seguindo-a, leva a segurança e ao seu bem-estar” (MAQUIAVEL, 2011, p. 69). Explicitando esta questão, Maquiavel não nega que de fato as qualidades cristãs não são úteis aos governantes, e eles podendo mantê-las devem assim seguir, no entanto, um príncipe virtuoso também deve saber mergulhar no mal, quando necessário:

E há que se entender isso, que um príncipe, sobretudo um príncipe novo, não pode observar todas aquelas coisas pelas quais os homens são tidos como bons, sendo mesmo necessário para manter o Estado, operar contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião. E também é preciso que ele tenha o ânimo disposto a mudar-se segundo o comando dos ventos da fortuna e as variações das coisas e, como acima se disse, a não abandonar o bem, podendo, mas saber entrar no mal, se necessário (MAQUIAVEL, 2011, p.79).

Desta maneira Maquiavel promove um rompimento com os pensadores de seu contexto histórico. A crítica fundamental do pensador florentino é a de que os *espelhos* apresentados por seus contemporâneos compõem um paradoxo, “eles querem ter o direito de expressar sua admiração por um grande condutor de homens como foi Aníbal” (SKINNER, 1996, p.139), ao passo em que condenavam “o que tomou possíveis suas façanhas, em especial a ‘crueldade desumana’ na qual Maquiavel, com muita franqueza, vê a chave para o sucesso e a glória de Aníbal” (SKINNER, 1996, p.139). Logicamente, por ser um observador da história, Maquiavel compreende que o paradoxo da admiração destinada a Aníbal *vis-à-vis* os métodos empregados por ele, fomentam um dilema acerca da ética e da moral de um príncipe. A crítica de Maquiavel não se dirige a fim de exortar um príncipe da moralidade, mas sim, em oferecer uma nova moralidade aos príncipes.

A única saída para esse dilema, insiste ele, consiste em aceitar sem nenhuma reserva que, se um príncipe estiver empenhado seriamente em “manter seu estado”, terá de renunciar às exigências da virtude cristã, abraçando de todo o coração a moralidade em tudo diferente que lhe determina a posição que ocupa. Assim, a diferença entre Maquiavel e seus contemporâneos não pode ser corretamente avaliada como a diferença entre uma visão moral da política e uma concepção da política que estaria divorciada da moralidade. O contraste essencial diz respeito, isso sim, a duas moralidades distintas - duas exposições antagônicas e incompatíveis do que em última análise se deve fazer (SKINNER, 1996, p.139).

Seguramente, Maquiavel apresenta a perspectiva de que a política proporciona uma ética e uma lógica própria, afastando-se dos tradicionais espelhos morais de seu contexto histórico (SADEK, 2003, p.24). Para compreendermos tal lógica, uma breve expedição pelo contexto histórico vivenciado por Maquiavel é necessária. Em vida, o pensador florentino encontrou uma Itália dominada e saqueada por potências estrangeiras, de modo que os príncipes de sua época eram incapazes de manter o poder e o Estado devido aos prazeres da carne ou por seguirem estritamente a moral cristã (SPAREMBERGER; SPAREMBERGER, 2020). Quando Maquiavel redige o Príncipe, ele visou encontrar um libertador capaz de trazer

redenção para sua amada Itália “de modo que, tornada sem vida, espera ela por aquele que cure as suas feridas e ponha fim aos saques da Lombardia, às taxações no Reino de Nápoles e na Toscana, e a cure daquelas suas chagas já de há muito fistuladas” (MAQUIAVEL, 2011, p. 116).

Na busca por um libertador, Maquiavel oferta o seu escrito *O Príncipe* para a casa dos Médicis⁷, governantes de Florença da época, com a intenção de que estes pudessem erguer uma bandeira capaz de exortar a Itália de qualquer domínio bárbaro. Tal ponto evidencia-se no capítulo XXVI de *O Príncipe*, denominado *Exortação à libertação da Itália dominada pelos bárbaros*, quando o pensador italiano afirma: “Encare, portanto, a vossa ilustre casa esse empreendimento com aquele ânimo e com aquela esperança, que são próprias das causas justas” (MAQUIAVEL, 2011, p. 119).

De tal modo, é possível compreendermos Maquiavel como filho de sua época. A moral política de Maquiavel, diferentemente dos *espelhos* tradicionais dos príncipes, é a ética de um estado forte, capaz de manter a liberdade de seu povo e de eliminar qualquer ameaça de dominação. Consequentemente, toda ação humana que conduza a pátria nessa direção jamais deve ser analisada como justa, injusta ou como amoral, uma vez que o objetivo de um governante deve ser manter a liberdade, como Maquiavel realça na seguinte passagem dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*:

Porque, quando se delibera sobre a salvação da pátria, não se deve fazer consideração nenhuma sobre o que é justo ou injusto, piedoso ou cruel, louvável ou ignominioso; ao contrário, desprezando-se qualquer outra consideração, deve-se adotar plenamente a medida que lhe salve a vida e mantenha a liberdade (MAQUIAVEL, 2007, p. 443).

Associada a esta maneira de se conceber a moral na vida política, o *espelho* de um príncipe virtuoso em Maquiavel encontra-se além de apenas separar a esfera política da convencional moral cristã. Na verdade, é uma rejeição da moral cristã em favorecimento a outro sistema moral, um novo ordenamento moral que o pensador italiano cuidadosamente insere em seus escritos, de modo que a ética e a moral individual se dissociam da ética e da moral de uma pólis, ou propriamente, a política em contraposição a outros sistemas morais. Em outras palavras, como afirma Berlin ao discutir a originalidade de Maquiavel, uma oposição entre moral cristã e moral pagã:

⁷ Acerca dessa questão, é impossível não deixarmos de mencionar que, uma outra preocupação de Maquiavel ao escrever *O Príncipe* “era deixar claro aos Médicis que ele era um homem que valeria a pena empregar, um especialista que seria tolice dispensar” (SKINNER, 2010, p.36).

Ele está realmente rejeitando a ética cristã, mas em favor de um outro sistema, um outro universo moral – o mundo de Péricles ou de Cipião, ou até do duque de Valentino, uma sociedade atrelada e fins tão últimos quanto a fé cristã, uma sociedade em que os homens lutam e estão dispostos a morrer por fins (públicos) que eles buscam por estes mesmos fins. Não estão escolhendo uma esfera de meios (chamada pública) em oposição a uma esfera de fins (chamada moral), mas optam por uma moralidade concorrente (romana ou clássica), uma esfera alternativa de fins. Em outras palavras, o conflito é entre duas moralidades, a cristã e a pagã (ou, como alguns preferem chamá-la, estética), e não entre as esferas autônomas da moral e da política (BERLIN, 2002, p. 323-324).

Como referenciado por Berlin, o caso de Agátocles, abordado por Maquiavel no capítulo VIII de *O Príncipe*, denominado *Dos que chegaram ao principado por meios celerados*, exemplifica como Maquiavel descreveu este embate moral em seus escritos. Ao descrever a história de Agátocles, o pensador italiano retrata-o como um sujeito de ínfima e abjeta fortuna, que foi capaz de tornar-se rei de Siracusa e que “por tanta *virtù* de ânimo e de corpo que, voltando-se a milícia, pelos degraus dessa, vem a ser pretor de Siracusa” (MAQUIAVEL, 2011, p. 39). Nessa empreitada, o então pretor arquitetou um plano de raposa e em um único ato “ordenou que seus soldados matassem todos os senadores e os mais ricos do povo; mortos estes, ocupou e manteve o principado daquela província sem qualquer controvérsia civil” (MAQUIAVEL, 2011, p. 40). Ocupado o governo, Agátocles libertou Siracusa do assédio dos cartagineses e a manteve, mesmo com todas as rivalidades e perigos externos. Eis o ponto que gostaríamos de chegar: após narrar a história de Agátocles, Maquiavel é enfático em afirmar: “Não se pode, no entanto, chamar de *virtù* massacrar os seus cidadãos, trair os amigos, ser sem fé, sem piedade, sem religião: meios que permitem conquistar o império, mas não a glória” (MAQUIAVEL, 2011, p. 40). No entanto, logo em seguida nosso cientista político de Florença afirma:

Porque, caso se considerasse a *virtù* de Agátocles no entrar e sair de perigos, e sua grandeza de ânimo em suportar e superar adversidades, não se veria por que ele devesse ser julgado inferior a qualquer excelentíssimo comandante; todavia, a sua feroz crueldade e inumanidade, com infinitos atos celerados, não permitem que seja celebrado entre os excelentíssimos homens (MAQUIAVEL, 2011, p. 40-41).

Por meio desta citação é possível constatar o embate moral que Maquiavel nos propõe com sua contradição retórica. Ao afirmar que não se pode considerar Agátocles como um homem de *virtù*, Maquiavel julga Agátocles por meio da moral cristã, mas, ao afirmar que caso se considerasse a *virtù* de Agátocles, este não deveria ser julgado inferior a nenhum outro comandante. Em outras palavras, caso se considerasse uma moral pagã, Agátocles deveria ser celebrado como um homem de colossal *virtù*. Prontamente, sabemos que a interpretação colocada contradiz outras interpretações, como a de Skinner, que ao

comentar a passagem referente a Agátocles, fundamentando-se no fato de que Maquiavel afirmou que não se pode chamar de *virtù* a crueldade de Agatócles, Skinner profere que a crueldade de Agátocles pode granjear poder, mas não glória. Assim Skinner conclui que (2010, p.60) é por meio desta afirmação que Maquiavel impõem os “limites coercitivos à crueldade do príncipe”. No entanto, o próprio Maquiavel, ao comentar a crueldade empregada pelo rei de Siracusa, realiza o seguinte questionamento:

Alguém poderia questionar como seria possível que Agátocles e semelhante, após infinitas traições e crueldades, pudessem viver longamente seguro na sua pátria e defender-se dos inimigos externos, e seus cidadãos não conspirassem contra ele, enquanto muitos outros, mediante a crueldade, não tenham conseguido, nem mesmo em tempos pacíficos, manter o Estado, muito menos nos tempos incertos de guerra (MAQUIAVEL, 2011 p. 42).

Maquiavel, novamente usando um jogo retórico, questiona a crueldade de Agátocles de Siracusa, reafirmando questões positivas que tais atos trouxeram para manutenção do Estado. O pensador italiano, ao realizar o questionamento concomitantemente a elogios, na verdade passa a lição de que a crueldade, quando bem empregada, possui resultados positivos para manutenção do Estado, como Maquiavel clarifica ao responder o seu próprio questionamento:

Creio que isso venha da crueldade mal-usada ou bem usada. Bem usadas se pode chamar aquelas (se do mal é lícito dizer bem) que se faz de uma única vez, pela necessidade de manter-se, e depois não se insiste mais nelas, mas são convertidas no máximo possível de benefícios para os súditos. Mal-usadas são aquelas que, com o tempo, aumentam em vez de diminuir. Aqueles que observam o primeiro modo podem, perante Deus e os homens, encontrar alguém remédio para o seu Estado, como Agátocles; aos outros é impossível que se mantenham (MAQUIAVEL, 2011 p. 42).

Novamente Maquiavel elogia a crueldade de Agatócles, apresentando um jogo retórico, ressaltando que “*se do mal é lícito dizer bem*”, a crueldade bem empregada funciona como um remédio para se manter o poder, qualidade essencial para um Príncipe, como visto ao longo deste artigo. Seguramente, a lição que o pensador de Florença nos repassa com esta passagem é a de que um príncipe não precisa ser mal, nem ser cruel, mas sim calcular a crueldade e saber usá-la para atingir os fins da moral política, ou seja, a manutenção do poder, da polis e do Estado. Nas palavras de Maquiavel: “Cuide, portanto, um príncipe de ocupar e manter o Estado; os meios serão sempre julgados honrados e por todos louvados” (MAQUIAVEL, 2011, p. 79).

Seguramente, o exemplo de Agátocles demonstra como Maquiavel realiza sua expedição metodológica, examinando exemplos históricos dos reinos, das repúblicas e dos principados o pensador florentino recoloca e problematiza temas centrais da vida política. No

entanto, utiliza-se de jogos retóricos para ludibriar o leitor, pois se do mal é lícito dizer bem, Maquiavel contrapõem com astúcia e retórica a moral dos *espelhos* tradicionais dos príncipes para compreender e defender uma nova moral, a moral da sobrevivência dos corpos políticos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verdade efetiva das coisas em justaposição a uma visão antropológica negativa exhibe no pensamento de Maquiavel o imperativo de que a política proporciona uma ética e uma lógica próprias - uma moral própria - afastando-se, se necessário, de qualquer moralismo tradicional. Desconstruída a necessidade de um príncipe apresentar as virtudes elucidadas pelos contemporâneos de Maquiavel, o filósofo político de Florença apresenta um eufemismo para a isto, a arte do príncipe aprender a não ser bom. Sobre essa questão, é imprescindível afirmarmos que Maquiavel não venera o mal ou a imoralidade, uma vez que ele mesmo instruiu os príncipes a não abandonarem o bem, mas instrui sim, de acordo com as ingratidões ou gratidões da fortuna, os governantes a saberem usar o mal, se necessário. Logicamente, ao defender este aspecto necessário aos governantes, Maquiavel apresentou de forma cuidadosa um dos elementos centrais desta arte, a crueldade.

Ao logo de nossa breve releitura do pensamento de Maquiavel, optamos por deixarmos determinadas premissas e conceitos de lado para focarmos em questões específicas da obra do cientista político italiano. A escolha dos itens não abordados não representa uma ordem de importância, mas sim de conveniência dentro da narrativa presente no desenvolvimento de nossa escrita. Ressaltamos que conceitos não referidos com maior profundidade ao longo deste estudo, como o de *virtù*, *fortuna* e virtude cívica, são de fundamental importância para um entendimento completo do pensamento de Maquiavel.

REFERÊNCIAS

BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BIGNOTTO, Newton. A antropologia negativa de Maquiavel. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 77-100, ago. 2008.

BIGNOTTO, Newton. Introdução aos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio de Nicolau Maquiavel. In: MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COSTA, Jean Gabriel Castro da. **Maquiavel e o trágico**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA, Jean Gabriel Castro da. Maquiavel, pensador trágico. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. v. 107, n. 2 p. 127-168. ago. 2019.

FREITAS JÚNIOR, Antonio de. **O pensamento político de Maquiavel**. 2007. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/44/174/ril_v44_n174_p205.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política** 1.13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

SKINNER, Quentin. **MAQUIAVEL**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996

SILVA, Ricardo. Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo. **RBCS**, v. 25, n. 72, p. 37-58, 2010.

SPAREMBERGER, Ariosto. SPAREMBERGER, Cristian. Uma "releitura" da ciência política de Nicolau Maquiavel. **Revista InterAção**, v. 11, n. 1 p. 21-29. 2020.

STRAUSS, Leo. **Reflexões sobre Maquiavel**. Tradução de Élcio Verçosa. São Paulo: É Realizações, 2015.